

*«Santa Casa Misericórdia do Divino
Espírito Santo da Maia»*

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

03 de fevereiro de 2025

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Série I – n.º 142)

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled '10' and 'MSB'.

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2024 (1.00)	31/12/2023 (2)	Variação % (1)-(2)
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	5	339 030,58	592 676,19	-42,80%
Activos fixos tangíveis em curso	5	46 263,25	18 759,00	146,62%
Bens do património histórico e cultural	5	1 538 021,38	1 538 021,38	-
Investimentos financeiros	9	8 661,50	8 661,50	-
Outros créditos e activos não correntes	9	6 671,54	6 671,54	-
		1 938 648,25	2 164 789,61	-10,45%
Activo corrente				
Inventários	6	51 348,84	51 446,41	-0,19%
Créditos a receber	9	86 166,15	84 268,91	2,25%
Outros créditos a receber	9	3 528 682,26	180 811,55	1851,58%
Diferimentos	9	9 814,59	7 200,43	36,31%
Caixa e depósitos bancários	9	612 858,79	665 265,72	-7,88%
		4 288 870,63	988 993,02	333,66%
Total do Activo		6 227 518,88	3 153 782,63	97,46%
FUNDOS PATRIOMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	9	1 358 458,23	1 358 458,23	-
Resultados transitados	9	(459 022,13)	(344 478,34)	33,25%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7	4 739 424,63	1 730 700,22	173,84%
Resultado líquido do período	8	(13 332,78)	(114 543,79)	-88,36%
Total dos fundos patrimoniais		5 626 527,95	2 630 136,32	113,89%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Passivo corrente				
Fornecedores	9	23 625,04	19 228,98	22,86%
Estado e outros entes públicos	9	41 490,35	43 632,11	-4,91%
Financiamentos obtidos	9	15 238,70	17 456,90	-12,71%
Outras passivos correntes	9	521 636,84	443 328,32	17,66%
		601 990,93	523 646,31	14,96%
Total do passivo		601 990,93	523 646,31	14,96%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 227 518,88	3 153 782,63	97,46%

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e gastos	Notas	31/12/2024 (1)	31/12/2023 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	12	1 646 208,33	1 572 571,20	4,68%
Subsídios, doações e legados à exploração	7	1 821 525,86	1 682 991,78	8,23%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1 123 105,30)	(1 109 788,80)	1,20%
Fornecimentos e serviços externos	11	(359 236,73)	(364 607,04)	-1,47%
Gastos com o pessoal	10	(2 015 884,29)	(1 865 436,15)	8,07%
Outros rendimentos	12	356 926,52	328 205,85	8,75%
Outros gastos	11	(20 966,64)	(19 803,61)	5,87%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		305 467,75	224 133,23	36,29%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(318 800,53)	(338 677,02)	-5,87%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(13 332,78)	(114 543,79)	-88,36%
Resultado antes de impostos		(13 332,78)	(114 543,79)	-88,36%
Resultado líquido do período	8	(13 332,78)	(114 543,79)	-88,36%

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Handwritten signature and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS

(Montantes expressos em Euros)

	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2023	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Saldo em 31/12/2024
Fundos próprios	1 358 458,23			1 358 458,23			1 358 458,23
Resultados transitados	(360 213,80)	15 735,46		(344 478,34)	(114 543,79)		(459 022,13)
Outras variações nos fundos patrimoniais							
subsídios ao investimento	1 526 629,95	14 999,00	(253 988,91)	1 287 640,04	3 286 137,75	(276 833,34)	4 296 944,46
doações	24 360,00		(580,00)	23 780,00		(580,00)	23 200,00
restantes	419 280,18			419 280,18			419 280,18
Resultado líquido do exercício	15 735,46	(114 543,79)	(15 735,46)	(114 543,79)	(13 332,78)	(114 543,79)	(13 332,78)
	2 984 250,02	(83 809,33)	(270 304,37)	2 630 136,32	3 158 261,18	(391 957,13)	5 625 527,95

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2024 (1)	31/12/2023 (2)	Variação % (1)-(2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		1 644 311,09	1 574 478,30	4,44%
Recebimentos de subsidios		1 821 525,86	1 682 991,78	8,23%
Pagamentos a fornecedores		(1 477 947,91)	(1 480 489,13)	-0,17%
Pagamentos ao pessoal		(2 015 884,29)	(1 865 436,15)	8,07%
Caixa gerada pelas operações		(27 995,25)	(88 455,20)	-68,35%
Outros recebimentos/pagamentos		(2 938 259,72)	460 947,65	-737,44%
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 966 253,97)	372 492,45	-896,33%
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		(65 154,92)	(204 320,09)	-68,11%
Investimentos financeiros		-	(221,21)	-100,00%
Outros activos		(27 504,25)	(9 024,00)	204,79%
Recebimentos provenientes de:				
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(92 659,17)	(213 565,30)	-56,61%
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	17 456,90	-100,00%
Cobertura de prejuizos		-	15 735,46	-100,00%
Outras operações de financiamento		3 008 724,41	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(2 218,20)	-	-
Dividendos		-	(15 735,46)	-100,00%
Outras operações de financiamento		-	(239 569,91)	-100,00%
...				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		3 006 506,21	(222 113,01)	-1453,59%
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
		(52 406,93)	(63 185,86)	-17,06%
Caixa e seus equivalentes no início do período		665 265,72	728 451,28	-8,67%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		612 858,79	665 265,72	-7,88%

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Demonstração de resultados por valências

Rubricas	Administracão	Apóio ao domicílio	Lar de idosos	Lar de jovens	Família	Posto biométrico	Lar jovens	CACI	Posto de análises	Centro de atividades	Centro de multi. Misericórdia T. Sabo Maia	Transporte adaptado	Rendimento social de inserção	Empresa de Inserção Triés Pontas	ATL Lomba da Maia	ATL Ponta Formosa	ATL S. Brás	ATL Feitas da Ajuda	ATL Ribeira Funda	Total		
Número de utentes																						
Funcionários ao serviço	6	41	18	10	5	3	7	37	60	60	Atípico	Atípico	Atípico	Atípico	25	25	25	25	25	25		
Custo por utente		439,93	2 126,54	3 073,41	1 119,85	2 673,62	2 274,41	1 126,82	201,10	199 513,38	25 303,63	98 723,98	1 153,80	2 821,53	1 473,24	1 610,66	1 473,24	1 339,91	3 837 993,49	100		
Projeção por utente		429,94	2 038,40	2 887,24	1 126,82	2 274,41	1 126,82	1 126,82	189,93	142 976,07	39 279,28	84 616,10	1 486,73	2 867,74	1 623,31	1 708,09	1 623,31	1 783,46	2 428 358,23			
Resultado por utente		-10,99	-88,15	-186,17	7,16	-399,20	-399,20	7,16	-11,17	-11,17			332,63	-153,89	97,41	148,07	148,07	443,57				
Gastos																						
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	702,38	39 443,47	61 465,63	46 448,13	614 902,95	283 737,57	28 776,95	29 113,85	7 009,93	1 256,23	1 251,24	1 523,58	1 314,83	1 376,72	1 808,07	1 808,07	1 376,72	1 808,07	1 123 105,30			
Fornecimentos e serviços externos	82 758,20	17 545,99	45 248,09	22 928,30	23 183,56	1 601,72	10 193,30	49 394,34	25 873,39	22 561,27	3 644,88	6 957,40	2 024,94	13 461,19	19 042,55	11 844,73	19 042,55	11 844,73	354 626,36			
Custos com o pessoal	125 887,36	144 072,71	310 247,45	297 682,09	150 477,89	26 782,08	184 839,33	293 687,36	106 277,82	110 221,20	21 658,75	91 484,43	19 192,74	24 478,88	46 982,18	25 480,95	16 461,84	20 008,83	2 015 884,29			
- Remunerações	98 935,02	111 005,48	235 204,94	240 085,19	121 291,17	21 725,92	147 956,04	239 812,94	86 130,00	88 161,14	17 559,72	74 998,47	15 903,22	20 174,30	37 021,37	20 034,56	13 190,21	16 376,57	1 656 566,66			
- Encargos	26 952,34	33 067,23	75 043,11	57 576,90	29 186,52	5 056,16	36 884,29	53 874,42	20 147,62	22 066,06	4 099,03	16 486,96	3 289,52	4 304,58	9 940,81	5 465,39	3 271,63	3 625,06	410 317,63			
Encargos sobre remunerações	24 775,65	31 665,43	71 457,45	49 579,70	25 444,72	4 463,11	30 399,79	48 428,57	17 739,89	19 915,96	3 619,03	15 465,96	3 189,52	4 074,58	9 432,28	5 077,86	2 964,00	3 317,80	370 996,32			
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	833,53	1 200,00	2 228,53	2 360,00	2 450,00	593,05	1 571,53	3 400,00	1 456,83	1 300,08	480,00	1 000,00	100,00	508,63	307,26	21 311,60	317,63	307,26	18 010,71			
Outros	1 859,16	201,80	1 357,13	5 647,20	1 291,80	1 291,80	4 911,97	2 045,95	951,80	250,00												
Gastos de depreciação e de amortização	48 523,34	15 383,43	42 372,48	2 011,16	3 247,34	1 136,80	774,19	125 941,25	4 727,51	65 318,40	130,28	9 175,73							318 800,53			
Outros gastos	6 817,71			80,00	16 921,78	1 777,24				130,28										25 577,91		
Ganhos																						
Vendas																						
Prestações de serviços	835,00	49 370,12	107 239,74	38 404,28	1 041 125,05	357 777,43	5 119,11	9 103,52	18 393,40	18 393,40									1 398 302,46			
- Mensalidades		49 370,12	107 239,74	38 404,28																		
- Reservas	835,00							9 103,52	18 393,40													
Subsídios, doações e legados à exploração	28 337,77	151 663,08	264 337,06	305 785,80			185 716,48	388 480,33	114 091,46	73 108,50	39 279,28	84 616,10	376,56	38 000,00	38 000,00	38 000,00	38 000,00	42 169,01	1 821 525,86			
- Do sector público administrativo		151 663,08	264 337,06	308 535,80			185 739,26	386 116,33	114 091,46	71 260,50	39 279,28	84 616,10	376,56	38 000,00	38 000,00	38 000,00	38 000,00	31 419,01	1 649 794,71			
- De outras entidades	28 337,77			230,00			-22,78	2 362,00		1 847,60									10 750,00	171 731,15		
- Heranças e doações																						
Outros rendimentos	54 983,22	10 007,26	88 717,41	1 299,13	5 977,88		215,00	122 723,77	7 900,82	4 261,31	69 887,57	10 934,35	10 934,35						40,00	356 926,52		
- Rendimentos salariais	12 863,28	12,06	6 359,04	1 299,13	5 977,88		215,00	122 723,77	7 900,82	4 261,31	69 887,57	10 934,35	10 934,35						40,00	356 926,52		
- Doações por sucessor ao investimento	580,00	9 995,20	62 368,37																	40,00	53 512,55	
- Renditas e alugueres	12 307,55																			250 946,03		
- Autocustos (produção agrícola)	489,00																			12 307,55		
- Juros obtidos	3 502,28																			1 825,00		
- Reservas rendimentos	25 231,11																			3 502,28		
Resultados líquidos	-160 413,20	-5 405,14	-19 039,44	-22 340,47	251 309,41	42 142,02	-33 533,18	3 178,82	7 900,82	-8 042,28	-56 537,31	13 975,65	-14 107,88	-21 181,41	8 320,83	-3 847,34	2 435,38	3 701,72	11 089,24	-13 332,78		

mm

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, ou, simplesmente Misericórdia, também denominada Irmandade do Hospital da Maia, é uma associação de fiéis, pessoa colectiva 512015678, constituída na ordem jurídico-canónica, foi fundada a 27 de outubro de 1919; tem sede em Rua de Santa Catarina, freguesia de Maia, concelho de Ribeira Grande (Açores) e, de acordo com os seus estatutos, tem como objectivo "praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, e no sector especificamente religioso", exerce "actividades constantes dos seus compromissos a as mais que vierem a ser consideradas convenientes".

A Irmandade tem personalidade jurídico-canónica e civil e é reconhecida com instituição particular de solidariedade social (IPSS), mediante participação escrita da sua aprovação canónica, elaborada pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado; em conformidade com a natureza de instituição canónica, a Irmandade está sujeita ao Ordinário Diocesano de modo similar ao das demais associações de fiéis.

A instituição foi constituída por tempo indeterminado e exerce a sua acção na área oriental do concelho da Ribeira Grande que compreende as freguesias de Maia, Lomba de S. Pedro, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, S. Brás e Porto Formoso.

A instituição dispõe de uma página na internet com o endereço <http://www.scmaia.com> na qual são apresentadas informações sobre a sua estrutura administrativa e funcional, contactos, histórico e relatório de todas as suas actividades.

A instituição não se encontra obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, aplicável por remissão do nº 1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da instituição são as suas demonstrações financeiras individuais, reportando-se ao ano de 2024, coincidente com o ano civil, e compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, sendo apresentado em euros.

O número de utentes apoiados pela instituição, à data de 31 de dezembro de 2024, era de 654, repartido pelas seguintes valências:

Utentes	Lar Idosos	Lar Jovens	Lar Jovens Kovivo	CACI	Apoio Domiciliário	ATI	Restantes	Totais
No início do ano	18	10	7	38	41	180	360	654
Admissões	5			1	21	32	60	119
Saídas por falecimento	5				21			26
Saídas por outros motivos				2		27	58	87
No final do ano	18	10	7	37	41	185	362	660

O número de associados da instituição, no final do ano de 2024, era de 288 e, o movimento de associados, no ano, foi o seguinte:

Quotas/Associados	Início do ano	Admissões	Saídas	Final do ano
Associados inscritos	284	9	5	288
valor quotas emitidas			1.440,00	
Valor quotas pagas			835,00	
Valor quotas atrasadas			605,00	

Sendo uma pessoa colectiva, na forma de associação de direito privado, sem fins lucrativos, caracterizada de instituição particular de solidariedade social, a rubrica de capital está representada sob a forma de fundo patrimonial cujo montante foi apurado em consequência da aplicação do plano oficial de contas para as IPSS, aprovado pelo decreto-lei nº 78/89, de 3 de março, com os valores, à altura existentes, em depósitos bancários, em instituições financeiras.

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"



NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de julho, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

2.2 – Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da instituição.

2.3 – O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela instituição na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 – PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a instituição avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de a instituição prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 – CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 – MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 – COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-PE. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela instituição. A instituição empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito, mas que são inerentes

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 – INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a instituição espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Vidas úteis estimadas

Edifícios e outras construções	5 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	4 a 6 anos
Outros activos fixos tangíveis	3 a 5 anos

3.2.2 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis, quando existentes, são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.2.3 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respectivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os activos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a instituição tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a instituição tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.2.4 – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela instituição consiste no método do custo médio ponderado.

3.2.5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Diário
MM

a) Custo: estão os activos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros activos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os activos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respectivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (excepto quando se trata de empresas cujas acções não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)
- Activos e passivos financeiros detidos para negociação (São adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).
- Outros activos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os activos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A instituição desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6 – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da instituição. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A instituição reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a instituição obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A instituição baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

3.2.7 – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.8 – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a instituição é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.9 – LOCAÇÃO FINANCEIRA

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.10 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.11 – TRANSACÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da instituição são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

3.2.12 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios do emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/constitutiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência de a decisão da instituição cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Não aplicável

3.4 – JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão

“SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA”

ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adopção inicial da NCRF-ESNL.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Activo bruto								
	Saldo em 01/01/2023	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31/12/2023	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e recursos naturais	51 738,02	-	-	-	51 738,02	-	-	(11 738,02)	40 000,00
Bens do património histórico e cultural	1 538 021,38	-	-	-	1 538 021,38	-	-	-	1 538 021,38
Edifícios e outras construções	3 097 670,91	97 865,84	-	-	3 195 536,75	36 163,52	19 457,56	(206 426,82)	3 005 815,89
Equipamento básico	195 824,00	65 990,09	-	-	261 814,09	28 991,40	12 469,53	(44 155,39)	234 180,57
Equipamento de transporte	260 254,84	40 464,16	-	-	300 719,00	-	14 356,96	(42 250,78)	244 111,26
Equipamento administrativo	54 052,77	-	-	-	54 052,77	-	-	(53 412,03)	640,74
Activos fixos tangíveis em curso	9 735,00	9 024,00	-	-	18 759,00	27 504,25	-	-	46 263,25
Outros activos fixos tangíveis	29 953,15	-	-	-	29 953,15	-	1 500,00	3 161,49	31 614,64
	5 237 250,07	213 344,09	-	-	5 450 594,16	92 659,17	47 784,05	(354 821,55)	5 140 647,73

	Depreciações acumuladas								
	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31/12/2023	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e recursos naturais	101 737,04	2 000,00	1 500,87	85 197,48	17 038,69	-	-	(22 961,31)	40 000,00
Edifícios e outras construções	2 451 223,25	268 464,34	86 698,35	(173 398,70)	2 806 385,94	258 910,61	19 457,56	234 627,28	2 811 211,71
Equipamento básico	88 644,69	29 243,77	7 329,53	(22 927,08)	133 486,01	31 228,62	12 469,53	32 175,24	120 069,86
Equipamento de transporte	216 102,54	34 525,11	20 273,30	(7 108,10)	237 482,45	24 405,02	14 356,96	25 879,29	221 631,22
Equipamento administrativo	76 394,34	160,19	10 281,95	(7 635,20)	73 907,78	160,17	-	73 427,21	640,74
Outros activos fixos tangíveis	28 358,71	4 283,61	-	(214,40)	32 856,72	4 096,11	1 500,00	11 673,84	23 778,99
	2 962 460,57	338 677,02	126 084,00	(126 084,00)	3 301 137,59	318 800,53	47 784,05	354 821,55	3 217 332,52

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Handwritten signature and initials in blue and black ink.

Gastos com depreciações

	2023	2024
Activos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	2 000,00	-
Edifícios e outras construções	268 464,34	258 910,61
Equipamento básico	29 243,77	31 228,62
Equipamento de transporte	34 525,11	24 405,02
Equipamento administrativo	160,19	160,17
Outros activos fixos tangíveis	4 283,61	4 096,11
	338 677,02	318 800,53

NOTA 6 – INVENTÁRIOS

Em 31/12/2023 e em 31/12/2024, os inventários da instituição são detalhados conforme se segue:

	Inventário em 01/01/2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2024
Matérias primas e consumíveis		241 120,74			225 043,19		
Géneros alimentares		143 237,26			139 827,64		
Medicamentos e artigos de saúde		8 195,40			11 244,45		
Fraldas, resguardos e material clínico		8 093,14			12 611,51		
Gastos com os utentes		76 536,56			56 734,47		
Material e EPI's Covid-19		621,30			-		
Gastos com actividades agrícolas		4 437,08			2 625,12		
Mercadorias	50 529,07	1 149 976,12	(280 390,72)	51 446,41	1 180 392,77	(282 428,23)	51 348,84
Inventário da farmácia	36 331,34	870 974,89	(280 390,72)	36 435,81	897 964,54	(282 428,23)	37 540,29
Inventário do posto farmacêutico	14 197,73	279 001,23	-	15 010,60	282 428,23	-	13 808,55
	50 529,07	1 391 096,86	(280 390,72)	51 446,41	1 405 435,96	(282 428,23)	51 348,84
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1 109 788,80			1 123 105,30
Custo das mercadorias vendidas				868 668,06			898 062,11
Custo das matérias consumidas				241 120,74			225 043,19

“SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA”

NOTA 7 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme se demonstra no quadro seguinte:

Data da Início	Data de Fim	Valor atribuído	Balanco				Demonstração de resultados					
			Fundo patrimonial		Diferimentos		Financiamentos		Imputação de subsídios para Investimentos		Subsídios à exploração	
			2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Subsídios relacionados com activos												
		2 247 381,07	1 287 640,04	4 298 944,45	-	-	-	-	253 908,91	268 166,37	-	-
Audúrio e salas actividades do museu tabaco	jun/13	set/15	119 009,33	11 004,77	-	-	-	-	11 004,82	11 004,77	-	-
Edifício educativo e biblioteca do museu tabaco	jun/13	set/15	119 190,23	11 919,05	-	-	-	-	11 919,02	11 919,05	-	-
Centro apoio do Idoso da Maia	abr/15	dez/17	734 437,60	228 561,08	172 170,82	-	-	-	57 390,26	57 390,26	-	-
Centro actividades ocupacionais de Maia	dez/16		1 200 000,00	545 703,36	436 174,72	-	-	-	109 628,67	109 628,67	-	-
Apoio instalação empresa inserção Três Pontes	out/16	jan/17	11 592,78	3 477,83	2 318,55	-	-	-	1 158,28	1 158,28	-	-
Máquina lavar roupa industrial Fagor	dez/17		4 000,00	500,00	-	-	-	-	500,00	500,00	-	-
Apoio igualdade oportunidades POR-33-IO	jan/18	jan/18	27 000,00	6 750,00	3 375,00	-	-	-	3 375,00	3 375,00	-	-
Prémio galardão BPI	ago/18	ago/18	28 587,50	7 396,86	3 698,42	-	-	-	3 698,44	3 698,44	-	-
Aquisição equipamento cozinha	dez/18	dez/18	2 473,32	989,34	742,01	-	-	-	247,33	247,33	-	-
Mesa hidrónica Lar Idosos	2019	2019	1 467,14	560,19	366,80	-	-	-	183,39	183,39	-	-
Aquisição viat Renault Trafic 62-ZQ-20 BPI La Caixa	2019	2019	14 800,00	-	-	-	-	-	4 625,00	-	-	-
Aquisição armário congelação Cozinha	2019	2019	1 000,00	-	-	-	-	-	200,00	-	-	-
Aquisição equipamento ATL Maia	2019	2019	23 515,16	8 818,16	5 878,76	-	-	-	2 939,40	2 939,40	-	-
Apoio preparação viat Ford 46-11-xf	2019	2019	3 667,67	0,01	0,01	-	-	-	-	-	-	-
Fundo D. Rainha Leonor	2020		180 702,34	180 702,34	180 702,34	-	-	-	-	-	-	-
Candidatura ProRural+ 7.5.1 FEADER-001929	2020		154 607,87	123 846,13	108 365,36	-	-	-	15 480,77	15 480,77	-	-
Solidariedade em Movimento (carritinha eléctrica)	2021	2021	52 660,00	13 165,00	-	-	-	-	13 165,00	13 165,00	-	-
Exposição "De folha ao produto final" Museu do Tabaco	2021		16 796,00	13 436,80	11 757,20	-	-	-	1 678,60	1 679,80	-	-
Gerações em movimento-carritinha eléctrica (SAD)	2022		37 980,79	28 485,69	16 990,39	-	-	-	9 485,20	9 485,20	-	-
Projeto Ponto de Estado (Famês d' Ajuda)	2022	2022	31 315,88	18 188,34	-	-	-	-	6 558,77	18 188,34	-	-
Recuperação patrimonial antiga fábrica de Tabaco Maia	2022	2023	82 296,21	82 296,21	66 266,32	-	-	-	-	7 362,92	-	-
Empreitada ampliação casa residencial "Kavivo"	2024		3 190 000,00	-	3 190 000,00	-	-	-	-	-	-	-
Empreitada adaptar residência temporária "Kavivo"	2024	2025	50 471,60	-	50 471,60	-	-	-	-	-	-	-
CC-V-207/2023 "Gerações em Movimento" viatura CAC	2024	2025	46 666,15	-	46 666,15	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento p/Lar de Idosos	2021		3 355,83	838,95	-	-	-	-	838,96	838,95	-	-
Subsídios à exploração												
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 681 802,46	1 821 528,86
Duodécimos da Segurança Social											1 474 902,00	1 649 794,71
Município de Ribeira Grande											152 000,00	143 600,00
Serviço de Desporto de S. Miguel											-	2 362,00
Segurança Social- apoio eventual											21 933,95	5 140,98
Fundo Regional do Emprego											6 087,06	7 440,48
Direcção Regional de Energia											-	500,00
Outras entidades											26 879,44	12 687,71
Doações												
		29 000,00	443 060,18	442 480,18	-	-	-	-	580,00	580,00	1 188,32	-
Selêcios acumulados			420 014,18	420 014,18	-	-	-	-	-	-	-	-
Moradia Famês d' Ajuda nº U-280	jun/13		18 350,00	14 313,00	13 946,00	-	-	-	367,00	367,00	-	-
Moradia Maia nº U-388	out/15		10 650,00	8 733,00	8 520,00	-	-	-	213,00	213,00	-	-
Doações de outras entidades											1 188,32	-
		2 276 381,07	1 730 790,22	4 739 424,63	-	-	-	-	254 568,91	268 746,37	1 682 891,78	1 821 528,86

Relativamente a este quadro, divulga-se em Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série, nº 234 de 06 de dezembro de 2023, foi publicado o anúncio nº 584/2023, da mesma data publicitando a abertura de um concurso público para uma empreitada de requalificação e ampliação do Lar Residencial Kavivo, com um prazo de construção de até 540 dias e, com o preço base de 2.000.000,00 euros; deste anúncio surgiram várias propostas, tendo na execução da empreitada sido adjudicado à Empresa Marques, SA. Pelo montante de 2.750.000,00 euros.

Subsequentemente e, para financiar este investimento, em 19 de setembro de 2023 foi celebrado o contrato de cooperação – valor investimento nº 171/2023, que se reproduz e anexa às presentes demonstrações financeiras, no valor de 3.190.000 euros, correspondente a 2.750.000,00 euros do custo de execução de contrato acrescido de IVA à taxa legal de 16%, que não é dedutível para a Instituição, com pagamentos parcelares de 58.000,00 durante o ano de 2023, 1.160.000,00 euros durante do ano de 2024 e 1.972.000,00 euros; até 31 de dezembro de 2024 nenhum desses montantes foi disponibilizado na conta bancária aberta para o efeito.

O termo de aceitação, que também vai em anexo, ocorreu no presente exercício e as obras de execução do contrato iniciaram-se no passado mês de janeiro do corrente ano.

NOTA 8 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da instituição dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direcção da instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras relativas àqueles anos.

“SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA”

Handwritten signature and initials in blue ink.

Nos termos da legislação actual em vigor, a instituição está isenta da tributação de impostos sobre o rendimento nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Colectivas.

NOTA 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

Caixa e depósitos bancários

	2023	2024
Depósitos à ordem	90 443,62	113 783,21
Outros depósitos bancários	574 822,10	499 075,58
	665 265,72	612 858,79

Outros créditos e activos não correntes

	2023	2024
Outras participações de capital em empresas	249,40	249,40
Outros investimentos financeiros - FCT	6 422,14	6 422,14
	6 671,54	6 671,54

Investimentos financeiros

	2023	2024
Participações de capital	8 661,50	8 661,50
	8 661,50	8 661,50

Créditos a receber

	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Cientes Correntes						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	73 589,61	77 304,00			73 589,61	77 304,00
Cientes Utentes						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	10 679,30	8 862,15			10 679,30	8 862,15
	84 268,91	86 166,15	-	-	84 268,91	86 166,15

Outras créditos a receber

	2023	2024
Fornecedores (saldos contrários)	-	99,51
Cartão pré-pago Montepio	349,63	639,62
Retroactivos a pagar pela Segurança Social CCVI-207/2023 "Gerações em Movimento" viagem CACI		45 666,15
Pontos de Estudo 2024-2025		120 933,60
Empreitada ampliação casa residencial Kavivo		3 158 138,00
Empreitada adaptação casa residencial Kavivo		50 471,60
Fundos de maneio das valências	1 166,00	1 170,46
Outros devedores		
Fundo Rainha D. Leonor	126 491,64	126 491,64
Exposição "Da folha ao produto final"	6 718,40	-
Recuperação edifício antiga fábrica tabaco	46 085,88	-
	180 811,55	3 528 682,26

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

Diferimentos activos

	2023	2024
Diferimento de gastos		
Outros gastos (seguros ramo não vida)	7 200,43	9 814,59
	<u>7 200,43</u>	<u>9 814,59</u>

Empréstimos e descobertos bancários

	2023	2024
Correntes		
Descobertos bancários	17 456,90	15 238,70
	<u>17 456,90</u>	<u>15 238,70</u>
	<u>17 456,90</u>	<u>15 238,70</u>

Prazo de reembolso dos empréstimos

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Descobertos bancários	15 238,70	15 238,70		
	<u>15 238,70</u>	<u>15 238,70</u>	-	-

Fornecedores

	2023	2024
Fornecedores, conta corrente	19 228,98	23 625,04
	<u>19 228,98</u>	<u>23 625,04</u>

Estado e outros entes públicos

	2023	2024
Autoridade Tributária	(8 074,13)	(7 426,83)
Segurança Social	(35 557,98)	(34 063,52)
	<u>(43 632,11)</u>	<u>(41 490,35)</u>

Saldos credores

Corrente

Retenção impostos sobre o rendimento		
sobre rendimentos trabalho dependente	4 874,00	4 337,00
sobre rendimentos profissionais	900,70	182,60
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	2 299,43	2 907,23
Contribuições p/Segurança Social	35 557,98	34 063,52
	<u>43 632,11</u>	<u>41 490,35</u>

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Outras passivos correntes

	2023	2024
Corrente		
Pessoal		
remunerações a liquidar	301 449,64	322 569,62
descontos sindicais	404,69	-
retenções judiciais	161,53	-
Fornecedores de investimentos	53 885,74	-
Outros credores		
Actividades "Escolinhas do Desporto"	561,75	286,19
Projecto RSI "Encontra o Norte"		13,43
Pontos de Estudo anual 2024-2025		109 954,98
Utentes casa Padre Dr. Laudalino	86 864,97	88 812,62
	443 328,32	521 636,84

Demonstração alterações de fundos patrimoniais

	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2023	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Saldo em 31/12/2024
Fundos próprios	1 358 458,23			1 358 458,23			1 358 458,23
Resultados transitados	(360 213,80)	15 735,46		(344 478,34)	(114 543,79)		(459 022,13)
Outras variações nos fundos patrimoniais							
subsídios ao investimento	1 526 629,95	17 398,00	(256 387,91)	1 287 640,04	3 277 470,78	(268 166,37)	4 296 944,45
doações	24 360,00		(580,00)	23 780,00		(580,00)	23 200,00
restantes	419 280,18			419 280,18			419 280,18
Resultado líquido do exercício	15 735,46	(114 543,79)	(15 735,46)	(114 543,79)	(13 332,76)	114 543,79	(13 332,78)
	2 984 250,02	(81 410,33)	(272 703,37)	2 630 136,32	3 149 594,21	(154 202,58)	5 625 527,95

NOTA 10 – BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da instituição em 31/12/2024 foi de 147, que inclui prestadores de serviço, voluntários e pessoal contratado ao abrigo de programas de apoio à contratação (140 em 31/12/2023).

Gastos com o pessoal

	2023	2024
Remunerações do pessoal	1 487 705,14	1 605 566,66
Trabalhadores da instituição	1 486 475,73	1 601 814,26
Ordenados	1 105 793,39	1 201 208,12
Subsídios alimentação	106 478,04	127 343,22
Subsídios de férias	120 095,92	106 338,26
Subsídios de natal	73 879,13	80 359,62
Subsídios de turno	60 481,57	69 341,79
Prémios e gratificações	19 747,68	17 223,25
Trabalhadores temporários	1 229,41	3 752,40
Ordenados		112,64
Férias pagas	1 229,41	3 639,76
Encargos sobre remunerações	281 425,12	370 995,32
Seguro acidentes trabalho	16 311,90	21 311,60
Gastos de acção social	1 637,84	2 557,16
Outros gastos com o pessoal	18 798,15	15 453,55
	1 805 878,15	2 015 884,29

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Pessoal ao serviço por regime vinculação à instituição

Pessoal	Totais	
	Feminino	Masculino
Efectivo do quadro	83	17
Contratado a termo	13	2
Programas apoio ao emprego	5	0
Avançados/profissões liberais	15	1
Voluntariado	4	7

Pessoal ao serviço por escalões etários

Pessoal	Totais	
	Feminino	Masculino
até 23 anos	1	0
de 24 a 35 anos	30	4
de 36 a 50 anos	56	13
de 51 a 65 anos	30	8
mais de 65 anos	3	2

Pessoal ao serviço por níveis de escolaridade

Pessoal	Totais	
	Feminino	Masculino
1º ciclo (4ª classe)	3	2
2º ciclo (5ª e 6ª ano)	28	1
3º ciclo (7ª a 9ª ano)	23	4
Secundário (10ª a 12ª ano)	45	14
Licenciatura/mestrado	21	6

Pessoal ao serviço por grupos profissionais

Pessoal	Totais	
	Feminino	Masculino
Técnicos superiores	21	6
Trabalhadores de apoio	8	3
Trabalhadores auxiliares	70	9
Trabalhadores administrativos	2	1
Avançados/profissões liberais	15	1
Voluntariado	4	7

Quadro de densidades das valências

Valência: Administração **Número médio de utentes: --**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Secretário geral
2	Técnico administrativo
1	Trabalhador serviço gerais
1	Trabalhador indiferenciado
1	Monitor inserção social

Valência: SAD serviço apoio domicílio **Número médio de utentes: 41**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
5	Ajudante familiar domiciliário
1	Trabalhador apoio idosos principal
1	Trabalhador serviços gerais principal

Valência: Lar idosos **Número médio de utentes: 18**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnico superior principal (coordenador)
1	Enfermeira
5	Trabalhador auxiliar idosos principal
1	Trabalhador auxiliar idosos 2ª
3	Quiladores sociais 3ª
1	Trabalhador serviços gerais 1ª
1	Cozinheira principal

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Valência: Casa Acolhimento Especializado "Gruta Belém" Número médio de utentes: 10

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnico superior principal (coordenador)
6	Ajudante lar e centro dia
3	Cuidador social 3ª
1	Trabalhador serviços gerais principal
1	Empregada cozinha principal

Valência: Casa Residencial Pessoas Deficientes "Kavi vo" Número médio de utentes: 7

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnico superior principal
5	Ajudante lar e centro dia
2	Cuidadores sociais 3ª

Valência: Posto farmaceutico Número médio de utentes: --

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
2	Técnico farmácia 1ª
1	Trabalhador serviço gerais

Valência: CACI Número médio de utentes: 37

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnica superior principal (coordenadora)
1	Técnica superior 1ª - psicomotricista
5	Ajudante reabilitação principal
5	Ajudante reabilitação 2ª
3	Trabalhadoras serviços gerais 1ª

Valência: Centro Multiatividades-ATL Maia Número médio de utentes: 60

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnico superior principal (coordenadora)
1	Técnico superior 1ª
1	Escriturário principal
2	Ajudante Educação especialista principal
1	Trabalhador serviços gerais principal

Valência: Centro Comunitário - Museu Tabaco Maia Número médio de utentes: --

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnico superior principal
1	Gestor
1	Monitor serviço social principal
1	Rececionista

Valência: Transporte adaptado Número médio de utentes: --

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Ajudante reabilitação principal

Valência: Empresa Inserção Três Pontas Número médio de utentes: --

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Trabalhador agrícola

Valência: ATLLomba da Maia Número médio de utentes: 25

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnico superior (tempo parcial)
1	Ajudante educação especialista principal (tempo parcial)
1	Trabalhador principal (tempo parcial)

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Valência: ATL Porto Formoso **Número médio de utentes: 25**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Ajudante educação principal (tempo parcial)
3	Ajudante educação 3ª (tempo parcial)

Valência: ATLS Brás **Número médio de utentes: 25**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Ajudante educação principal (tempo parcial)
2	Ajudante educação 3ª (tempo parcial)

Valência: ATL Fenais d'Ajuda **Número médio de utentes: 25**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
3	Ajudante educação 3ª (tempo parcial)

Valência: ATL Ribeira Funda **Número médio de utentes: 25**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Ajudante educação especialista principal (tempo parcial)
1	Trabalhador serviços gerais principal (tempo parcial)

Valência: Rendimento Social Inserção **Número médio de utentes: --**

número médio de funcionários	Funções desempenhadas
1	Técnico superior principal - psicólogo
1	Técnico superior principal 1ª - serviço social
2	Agentes educação sócio familiar 1ª

NOTA 11 – GASTOS

A instituição, em 31/12/2023 e 31/12/2024, registou os seguintes valores nas rubricas de gastos, nomeadamente:

Fornecimentos e serviços externos

	2023	2024
Electricidade	45 328,24	48 506,55
Combustíveis (inclui gás)	27 958,63	21 303,54
Água	7 918,23	9 067,30
Conservação e reparação - viaturas	16 223,88	18 690,14
Conservação e reparação - edifícios	26 377,53	24 094,87
Conservação e reparação - equipamentos	20 676,95	38 479,58
Conservação e reparação - restantes	15 063,40	14 963,14
Comunicação	19 252,16	18 636,25
Material de escritório	10 413,58	4 901,08
Seguros (excepto acidentes trabalho)	10 074,19	14 329,81
Honorários	73 330,33	81 498,28
Trabalhos especializados	38 706,13	20 334,63
Deslocações, estadas e transportes	17 227,58	7 886,40
Vigilância e segurança	4 911,65	4 800,54
Despesas e serviços bancários	4 175,93	4 610,37
Despesas de representação	9 297,82	1 766,78
Restantes fornecimentos e serviços	17 670,81	25 415,27
	364 607,04	359 284,53

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

Handwritten signatures and initials: "Ami", "K", "mr", "AA", "AA"

Outros gastos

	2023	2024
Impostos directos	129,27	1 645,20
Impostos indirectos	39,96	-
Taxas	13 143,87	13 525,39
Multas/penalidades e indemnizações	75,26	-
Donativos concedidos	3 850,60	3 050,00
Quotizações	1 020,00	1 020,00
Dívidas incobráveis	1 500,00	1 389,19
Outros gastos e perdas n.e.	44,65	336,86
	19 803,61	20 966,64

NOTA 12 – RENDIMENTOS

A instituição, em 31/12/2023 e 31/12/2024, registou os seguintes valores nas rubricas de rendimentos, nomeadamente:

Vendas e serviços prestados

	2023	2024
Vendas de mercadorias e produtos	1 345 034,75	1 398 302,48
Vendas (farmácia da Maia)	1 006 178,99	1 041 062,78
Vendas (posto farmacêutico Fenais d'Ajuda)	338 855,76	357 239,70
Prestações de serviços	227 536,45	247 905,85
Matriculas e mensalidade de utentes	226 121,45	247 070,85
CACI - centro de actividades ocupacionais	8 355,32	9 103,52
Lares de crianças e jovens	32 785,39	41 523,39
Lar de idosos	104 694,40	107 271,94
SAD - serviço de apoio ao domicilio	39 561,44	49 334,12
ATL - Maia	22 717,99	18 437,40
ATL - Lomba da Maia	3 088,01	3 433,94
ATL - Ribeira Funda	3 230,70	2 378,07
ATL - Porto Formoso	6 927,35	8 479,51
ATL - S. Brás	2 316,57	4 626,13
ATL - Fenais d'Ajuda	2 444,28	2 482,83
Quotizações dos associados	1 415,00	835,00
	1 572 571,20	1 646 208,33

Outros rendimentos

	2023	2024
Rendas de prédios rústicos e urbanos	13 362,54	12 307,55
Reembolsos de despesas/utentes	6 904,26	7 213,52
Imputação de subsídios ao investimento	254 588,91	250 548,03
Alienação de viaturas	-	1 500,00
Restituição de impostos	1 050,44	791,95
Correcções relativas exercicios anteriores	-	22 939,16
Rendimentos suplementares	49 510,90	56 299,03
Juros bancários obtidos	757,00	3 502,28
Rendimentos da actividade agrícola	2 051,80	1 825,00
	328 205,85	356 926,52

NOTA 13 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- Impostos em mora

A instituição apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados; não existe qualquer dívida cujo pagamento esteja em mora.

- Contribuições para a Segurança Social em mora

"SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA MAIA"

A instituição apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas contribuições nos prazos legalmente estabelecidos; não existe qualquer outra dívida cujo pagamento esteja em mora.
Não existe mais qualquer informação relevante para além da prestada nos quadros.

NOTA 14. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A instituição, estando caracterizada de instituição particular de solidariedade social, está isenta de tributação do imposto sobre o rendimento sobre as pessoas colectivas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do código do rendimento sobre as pessoas colectivas (CIRC).

Em consonância com o n.º 20 do art.º 29º do código do imposto sobre o valor acrescentado (CIVA), os serviços prestados pela instituição estão isentos da tributação em IVA; por esse facto está dispensada da emissão de factura e registo nos serviços da Autoridade Tributária; não obstante essa dispensa, pelos valores recebidos, relativos aos serviços prestados aos seus utentes, são comunicados à administração fiscal, através do envio de ficheiro SAFT, em consonância com os normativos legais em vigor.

De acordo com a legislação vigente, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correcção por parte das respectivas autoridades fiscais; os órgãos sociais da instituição entendem que eventuais correcções resultantes de revisões e/ou inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Não existe mais qualquer informação relevante.

O Contabilista

Assinado por: **JOSÉ CARLOS TEIVES DA COSTA**
Num. de Identificação: 06075136
Data: 2025.02.24 11:04:01-01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 7596**



Os Órgãos de Gestão da Instituição

[Handwritten signatures in blue ink]
Hugo Pereira
João Augusto
Luís Augusto